



**PREFEITURA DE  
VILHENA**  
PROCURADORIA



Ofício nº 047/2020/PGM

Vilhena/RO, 27 de fevereiro de 2020.

Exmº. Sr.  
Ronildo Macedo  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Nesta.

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que convoque os nobres Edis, para  
deliberação, do Projeto de Lei abaixo relacionado:

Projeto de Lei nº 5.827 /2020, "REVOGA A LEI Nº 5.148, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019." 0.038

Atenciosamente,

  
Márcia Helena Firmino  
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO


  
Eduardo Toshima Tsuru  
PREFEITO MUNICIPAL

Processo Administrativo nº 1390/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA  
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data 27 / 02 / 2020

Hora 9:40

  
Eliane A. Souza  
Assessora de Apoio Legislativo  
Diretoria Legislativa  
CVMV-RO



EM BRANCO

EM BRANCO  
EM BRANCO

EM BRANCO

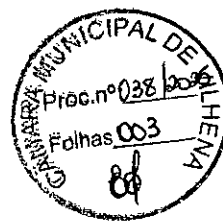
WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS  
WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS

WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS  
WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS  
WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS  
WORLDWIDE INFORMATION SYSTEMS





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE VILHENA  
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 5.827 /2020

M E N S A G E M

Senhor Presidente,

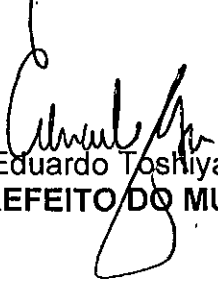
Senhores Vereadores,

Tem a presente, a finalidade de encaminhar a Vossas Senhorias, o Projeto de Lei em anexo, que revoga a Lei nº 5.148, de 11 de setembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI.


A referida revogação decorre da não realização do repasse financeiro ao SENAI, em virtude da alteração do objeto proposto na Lei nº 5.148/2019, conforme justificado no Memorando nº 80/2019/SEMTIC e Parecer Jurídico nº 288/PGM/2019, autos do processo administrativo nº 1390/2019.

Certos da aprovação do presente Projeto de Lei, despedimo-nos, confiantes.

Atenciosamente,

  
Eduardo Toshiya Tsuru  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
Data 27 / 02 / 2020  
Hora 9:40

  
Eliane A. Souza  
Assessora de Apoio Legislativo  
Diretoria Legislativa  
CVMV-RO

  
Marcia Helena Firmino  
PROCURADORA GERAL  
DO MUNICÍPIO

  
José Marcondes Cerrutti  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

RECEBIMOS DO SENHOR  
DOUTOR JOSE DE ALMEIDA

UMA QUANTIA DE CINCO  
CENTOS E OITENTA REAIS

EM DOZE DE ABRIL DE  
NOSSA SENHORA DA  
CINQUENTA E OITO





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE VILHENA  
Procuradoria Geral do Município**



**PROJETO DE LEI Nº 5.827 /2020**

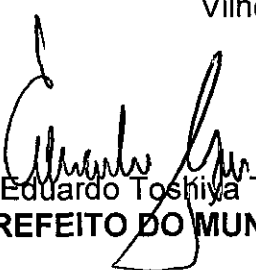
**REVOGA A LEI Nº 5.148, DE 11 DE  
SETEMBRO DE 2019.**

**LEI:**

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 5.148, de 11 de setembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal  
Vilhena (RO), 27 de fevereiro de 2020.

  
Eduardo Toshiya Tsuru  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**

  
Márcia Helena Firmino  
**PROCURADORA GERAL  
DO MUNICÍPIO**

  
José Marcondes Cerrutti  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



EM BRANCO

EM BRANCO  
EM BRANCO

EM BRANCO



PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE VILHENA  
Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio



Memorando nº 80/2019/SEMTIC  
Vilhena-RO, 09 de dezembro de 2019

DE: SEMAD

PARA: Procuradoria Geral

Assunto: Revogação da Lei nº 5.148/2019

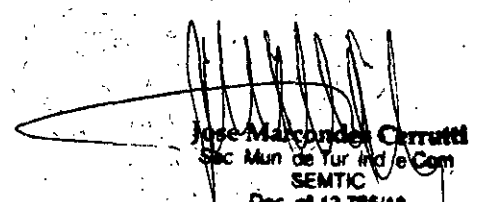
Vimos através do presente, solicitar de Vossa Senhoria, Projeto de Lei com a finalidade de Revogação da Lei Municipal nº 5.148/2019, uma vez que não será mais realizado repasse na forma da qual se justificou sua elaboração, conforme abaixo descrito;


Informamos que foram feitas tentativas de formalização de documentos, sendo Contratos e Termos, estes inseridos no Processo Administrativo nº 1390/2019;

Informamos ainda que o Parecer Jurídico nº 314/2019 – Diretoria Jurídica SENAI, anexo ao Processo nº 1390/2019, que em contexto geral conforme § 10º, entende que as formas e tentativas que foram feitas para viabilizar o repasse não pode ser firmado, e ainda no § 11º do mesmo Parecer, recomendam a contratação por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Considerando o Parecer Jurídico dessa Procuradoria Geral, fls. 117 a 123 Inc. 26, onde ressalta a necessidade de Revogação da referida Lei, informamos que acatamos o Douto Parecer;

Pelo exposto acima, solicitamos o prosseguimento dos autos, conforme as normas internas.

  
José Marcondes Carrutti  
Sec. Mun. de Tur. Ind. e Com.  
SEMTIC  
Doc. nº 42.785/18

RECEBI EM 10/12/19  
  
Procuradoria Geral do Município



**EM BRANCO**

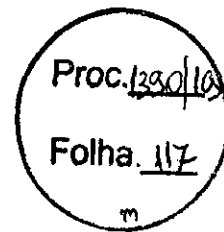
**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





**PREFEITURA DE  
VILHENA**  
PROCURADORIA



**PARECER Nº 288/PGM/2019**

**Processo nº 1390/2019**

**Da: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

**Para: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEMTIC**

**ANÁLISE DE CONTRATAÇÃO  
DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ADMINISTRATIVO. LEI Nº 8.666/93.  
POSSIBILIDADE COM  
CONDICIONANTES DE CONTROLE.**

**I - RELATÓRIO**

1. Vieram os presentes autos administrativos da SEMTIC, em 13/11/2019, para análise e parecer jurídico quanto ao pedido da Secretaria referente ao repasse financeiro para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI com o objetivo de cooperar na execução do programa de formação e qualificação profissional no município de Vilhena, conforme se verifica às fls. 116.

2. Ao que nos consta, foram acostados aos autos Carta nº 004/2019 (fls. 01), proposta de soluções (fls. 02/04), despachos de encaminhamento processual e de solicitações (fls. 05, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 85, 86, 88, 89, 90, 98, 99, 102, 112), Regimento interno SENAI (fls. 06/29), certidão registro integral (fls. 30/37), cópia de identidade de advogado (fls. 38/39), comprovante de residência (fls. 40), balanço patrimonial (fls. 41/48), certificado de regularidade do FGTS (fls. 49, 97), Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fls. 50 e 93), certidão negativa débito municipal (fls. 51), certidão negativa de débitos trabalhistas (fls. 52, 95), certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (fls. 53, 96), certidão negativa débitos estaduais (fls. 54, 94), declaração de não incidência IR (fls. 55), declaração de idoneidade (fls. 56), Lei nº 4971/2018 (fls. 60/61), Parecer Jurídico PGM (fls. 62/63), ofício nº 156 (fls. 67), Lei nº 5.148/2019 e publicação no DOV (fls. 73/74), carta nº 10/2019 (fls. 76/78), solicitação de despesa nº 3303 e 3005/2019 (fls. 83/84), Nota de empenho nº 2602/2019 (fls. 87), Declaração SENAI (fls. 91), portaria nº 03/2018 (fls. 92), portaria nº 004/2019 e publicação no DOV (fls. 100/101), termo de fomento (fls.

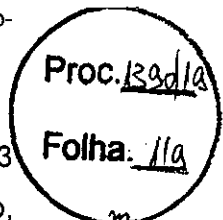


EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





9. De acordo com o contido no dispositivo legal acima transcrito, a Lei 8.666/93 autoriza a contratação direta em casos que se trata de instituição brasileira de ensino, na qual se enquadraria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

10. Ressalte-se que a unidade administrativa atestou que se trata de atendimento dos trabalhos realizados pela Secretaria, conforme informado pelo titular da pasta às fls. 116 é que justifica a dispensa de licitação.

11. Ademais, o que se leva em consideração nos casos de dispensa de licitação, em atenção ao interesse público, é a prevalência do princípio da economicidade/celeridade sobre o princípio geral da licitação.

## **II.II) ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO**

12. Partindo do pressuposto que a abertura de Procedimento administrativo é determinada pelo titular da unidade administrativa e que tem a incumbência de levar à análise do mesmo e aprovação dos autos pela Procuradoria, tal requisito é providência *sine qua non* para o prosseguimento.

## **II.III) DA FISCALIZAÇÃO**

13. A Instrução Normativa nº 05/2017 da Controladoria Geral do Município que dispõe sobre gestão e fiscalização dos contratos no município de Vilhena prevê a necessidade de tomada de providências relativamente à fiscalização do contrato, as quais sugiro atenção redobrada para regular trâmite processual dada a importância da intensa atuação dos fiscais no acompanhamento da realização dos serviços contratados, devendo elaborar os respectivos registros por meio de relatórios devidamente formalizados.

## **II.IV) DO PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO**

14. A elaboração do Projeto Básico/Executivo definido no art. 6º, IX e X, da Lei nº 8.666/93 é tido como conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto de contratação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução, *in verbis*:

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do





EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



18. Destarte, compete à unidade administrativa interessada a atenção pela discriminação das especificações do objeto que se pretender contratar e melhor atendam às exigências sustentáveis.

## II.VI) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19. No que tange às sanções administrativas, ressalta-se que o Administrador observe os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que a eventual aplicação das penalidades tem por objetivo inibir o descumprimento das obrigações assumidas com a Administração, e não inviabilizar o negócio da licitante ou contratada. Portanto, deve a unidade administrativa avaliar conforme a Instrução Normativa nº 09/2017 da Controladoria Geral do Município que dispõe sobre procedimento administrativo de apuração de infração cometida por licitantes e contratados no município de Vilhena

## II.VII) DO PRAZO DE EXECUÇÃO

20. Quanto ao prazo de execução, verificamos que a unidade administrativa cuidou em apontá-lo, conforme informações apostas no item específico do Projeto Básico, as quais, por cuidar de definições de ordem discricionária, não comportam exame de mérito pela Procuradoria Geral do Município

## II.VIII) DAS ANOTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

21. Quanto aos comprovantes de cumprimento de requisitos essenciais legais e jurisprudenciais que é dever da Administração municipal municiar os autos e, com isso, conferir o respeito ao princípio da legalidade e indicativo a este setor jurídico sobre a presunção de legitimidade do ato administrativo, temos o seguinte:

- A contratação proposta integra um único processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado; (artigo 38, *caput*, da Lei nº 8.666/1993);
- Há justificativa da necessidade do objeto da contratação direta pela autoridade competente (artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/1993) (fls. 59 e 116)
- Existe demonstração da existência de dotação orçamentária para cobrir a despesa com a contratação pretendida (artigo 60 da Lei nº 4.320/1964) (artigos 14 e 38, *caput*, da Lei 8.666/1993)(fls. 83/84 e 87)
- Houve definição das unidades e quantidades a adquirir em função do consumo e utilização prováveis (fls. 83/84 e 87)

22. Quanto aos pontos que reputo importantes para averiguação e continuidade de controle da unidade administrativa interessada para garantia da boa contratação temos o que segue:



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



25. Vale ressaltar que este posicionamento refere-se tão somente ao aspecto formal dos autos com análise de requisitos essenciais básicos para preservar a cautela dos órgãos e entidades da Administração Pública relativamente às contratações públicas não importando, desta feita, a deliberação, que é prerrogativa do administrador, de modo que, caso este não acate o nosso entendimento, o registro do posicionamento diverso caberá ao gestor expô-lo para fundamentação.

Proc. 1390/19

Folha. 123

26. Por fim, cumpre ressaltar à Procuradora Geral do Município sobre a necessidade de envio de projeto de lei com a finalidade de revogação da Lei municipal nº 5.148/2019 (fls. 73), vez que não será mais realizado repasse na forma que justificou a sua elaboração.



27. É o Parecer, SMJ.

28. Vilhena-RO, 29 de novembro de 2019.

**Tiago Cavalcanti Lima de Holanda**  
Advogado Público  
OAB/RO 3699



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE VILHENA  
Procuradoria Geral do Município**



**LEI Nº 5.148/2019**

CERTIFICO a publicação da presente Lei  
Na IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO  
Ed. nº 2805 em 13/09/19

*Hosy*  
PROCURADORIA

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A REALIZAR REPASSE  
FINANCEIRO PARA O SERVIÇO NACIONAL  
DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA,**  
Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das  
atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96  
da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER,** que a Câmara Municipal de Vilhena  
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse financeiro ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com o objetivo de qualificar colaboradores através do desenvolvimento de suas capacidades técnicas e específicas exigidas pela necessidade do seu ambiente de trabalho, com atividades teórico/práticas na área da construção civil, conforme o Plano de Trabalho apresentado no Processo Administrativo nº 1390/2019.

**Art. 2º** A despesa prevista no artigo 1º correrá por conta do orçamento vigente.

**Art. 3º** O beneficiado deverá prestar contas do valor recebido junto ao Município de Vilhena, em conformidade com o artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal  
Vilhena (RO), 11 de setembro de 2019.

*Eduardo Toshio Tsuru*  
**EDUARDO TOSHIO TSURU**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**



Processo: 1390 Ano: 2019 Tipo: 1 GERAL 28/03/2019- 13: 28  
Assunto: AUT. PARA REPASSE FINANCEIRO

Arquivo

Interessado: 3938 SESI /RO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA.

Anexo: SCL. REPASSE FINANCEIRO OF CIO 004/2019 FIERO /SEN.

NA

1390X2019X1

**MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO**

Destino	Data	Destino	Data
1 C. Zambuc	28/3/19	26 go	
2 PGM 32	13/05/2019	27	
3 Semic	11/05/2019	28	
4 P.G.M. 132	14/06/19	29	
5 Semic	17/06/19	30	
6 Gabinete	21/06/19	31	
7 PGM 74	26.06.19	32	
8 Semic	28.07.19	33	
9 P.G.M. 132	31.07.19	34	
10 Câmara	13.09.19	35	
11 SEMTIC	25.09.19	36	
12 Auditoria	18.09.19	37	
13 SEMFAZ	26.09.19	38	
14 Semic	26.10.19	39	
15 P.G.M. 191	30.09.19	40	
16 Semic	02-10-19	41	
17 P.G.M. 196	07.10.19	42	
18 Semic	07-10-19	43	



**EM BRANCO**

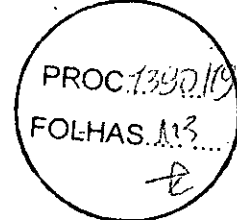
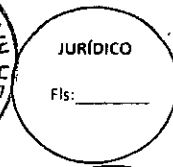
**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
PELO FUTURO DO TRABALHO



## PARECER JURÍDICO Nº 314/2019 - DIRETORIA JURÍDICA

Porto Velho, 11 de novembro de 2019.

Análise contrato de gestão a ser firmado entre o Município de Vilhena-RO e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-RO.

1. Foi submetido a análise desta Diretoria Jurídica o Contrato de Gestão a ser firmado entre a Unidade SENAI Vilhena e a Prefeitura Municipal de Vilhena, tendo como objeto o repasse financeiro para o SENAI com o objetivo de cooperar para realização de apoio financeiro para execução do programa de formação e qualificação profissional no município de Vilhena, na administração de cursos de Soldagem MAG em tubos de aço carbono e pintor de obras, visando o desenvolvimento de capacidades técnicas e específicas, exigidas pela necessidade do ambiente de trabalho.

2. A minuta contratual submetida a análise denomina-se Contrato de Gestão, não havendo em seu preâmbulo qualquer indicação de fundamentação legal, mas tão somente a indicação de que é oriundo do processo administrativo nº 1390/2019 e plano de trabalho (proposta 554/2019).

3. Registra-se ainda, a ausência de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, referente a legalidade do instrumento contratual, que é um procedimento inerente a qualquer processo administrativo, pois através do parecer jurídico, o qual confere o embasamento legal do instrumento, que o gestor tem segurança jurídica para dar continuidade na demanda.

4. Sobre o contrato de gestão, consignamos que este além da previsão no § 8º do art. 37 da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, é regido pela Lei nº 9.637/98, a qual dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; a criação do

<sup>1</sup> §8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

SENAI  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial  
Departamento  
Regional de  
Porto Velho

Av. Rui Barbosa, 112 - Centro  
1660-911 - Porto Velho/RO  
Tel.: (68) 3216-1400  
Fax: (68) 3216-3411  
Central de Atendimento  
ao cliente: 0800-000000

Assinatura  
do(a) Diretor(a)  
Jurídico(a)

Assinatura  
do(a) Diretor(a)  
Jurídico(a)

Assinatura  
do(a) Diretor(a)  
Jurídico(a)

P



**EM BRANCO**

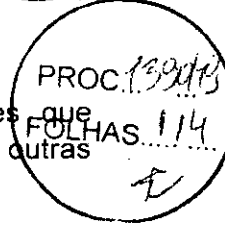
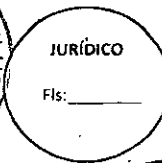
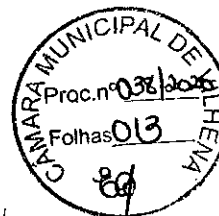
**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
PELO FUTURO DO TRABALHO



Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

5. Nesse contexto, passamos a conceituar o contrato de gestão, que nos termos do art. 5º da referida lei, como um instrumento firmado entre o poder público e as entidades qualificadas como organização social; com vistas a formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º da referida lei.<sup>2</sup>

6. Essas organizações sociais, as quais a lei menciona, são aquelas qualificadas pelo próprio poder público, através do preenchimento de todos os requisitos estabelecidos em seu art. 2º,<sup>3</sup> para que através do contrato de gestão a Administração delegue um serviço que seria de sua competência à referida organização.

7. Nesse viés, consignamos que a natureza jurídica dos Serviços Sociais Autônomos, vinculados às entidades patronais de grau superior e patrocinadas por recursos recolhidos do setor produtivo beneficiado, como é o caso do SENAI, são pessoas jurídicas de direito privado e que não integram a Administração Pública Indireta e nem a ela se subordinam, mas atuam em colaboração com o Estado na execução de atividades de interesse social.

<sup>2</sup> Art. 1º. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

<sup>3</sup> Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

- I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
  - a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
  - b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
  - c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
  - d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
  - e) composição e atribuições da diretoria;
  - f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
  - g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
  - h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
  - i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
- II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.



EM BRANCO

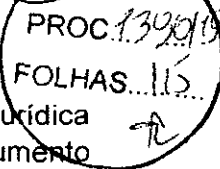
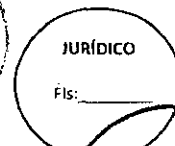
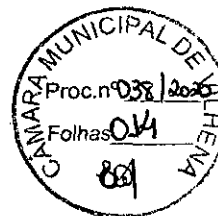
EM BRANCO  
EM BRANCO

EM BRANCO





Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
PELO FUTURO DO TRABALHO



8. Portanto, pela análise da Lei nº 9.637/98 e considerando a natureza jurídica do SENAI, bem como seus objetivos finalísticos, entendemos que o instrumento indicado como contrato de gestão, para firmar a pretensa parceria não é adequado visto que o objeto do contrato é a execução de serviços que fazem parte das atividades do SENAI para o qual foi criado, ou seja, não há no contrato uma delegação de um serviço do Estado ao SENAI, mas tão somente o repasse financeiro.

9. Sendo assim, nota-se de antemão que os serviços a serem executados no referido contrato fazem parte do escopo finalístico do SENAI que dentre outros, tem-se a qualificação profissional através da execução de cursos, não sendo, portanto, um serviço o qual o Estado esteja delegando ao SENAI.

10. Dessa forma por dois motivos o contrato de gestão não pode ser firmado com o SENAI, o primeiro porque não se trata de organização social nos termos da Lei nº 9.637/98 e o segundo porque no caso não haverá delegação de atividades sociais que seriam do Estado, pois as atividades a serem executadas pelo SENAI estão previstas em seu próprio Regimento de criação.

11. Por fim, vale ressaltarmos que diante do objeto a ser executado pelo SENAI, via de regra, o Estado ou Município, em outras demandas, contrata o SENAI por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93. Portanto, recomendamos que, se for de interesse das partes, em específico do ente municipal, o qual figuraria como contratante, há a possibilidade jurídica de contratação do SENAI nessas condições, com recursos alocados para este fim.

12. Portanto, pelas razões acima expostas, esta Diretoria Jurídica entende que não há fundamento legal para firmar contrato de gestão com a Administração Pública, para execução do Programa de Formação e Qualificação profissional.

Este é o parecer.

Mirlesi Luci Fernandes  
OAB/RO 3.487

DE ACORDO.

Marcelo Lessa Pereira  
Diretor Jurídico – Sistema FIERO

SENAI  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial  
Departamento  
Regional do

Av. Rio Barbos, 1112 - A. 100 - 100  
15001-012 - Porto Velho/RO  
Tel. (68) 3216-1400  
Fax (68) 3216-3416  
Centro de Reestruturação

SENAI  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial  
Departamento  
Regional do

SENAI  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial  
Departamento  
Regional do

SENAI  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial  
Departamento  
Regional do



EM BRANCO

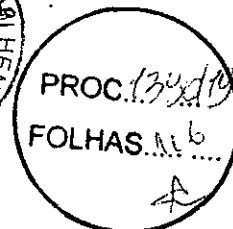
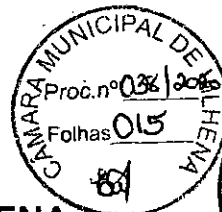
EM BRANCO

EM BRANCO





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**  
**SECRETARIA MUN. DE TURISMO, INDUSTRIA E COMÉRCIO**



Despacho n.º 21

**DE:** SEMAD

**PARA:** Procuradoria Geral

**Assunto:** Repasse Financeiro para SENAI

**Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para as providências a saber:**

**Considerando** que foram feitas tentativas de formalização de documentos sendo: Convênio, posteriormente fora elaborado Termo de Fomento, e por ultimo Contrato de Gestão, e as tentativas não tiveram êxito, devido a impasse nos procedimentos administrativos;

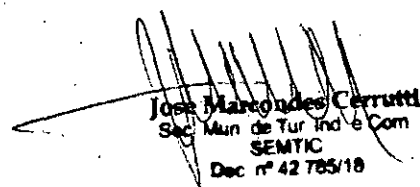
**Considerando** que esta SEMTIC, preza pela clareza, transparência e acima de tudo a seriedade dos trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria;

**Considerando** o Parecer Jurídico nº 314/2019 – Diretoria Jurídica SENAI, anexo ao Processo, que em contexto geral conforme § 10º, entende que as formas e tentativas que foram feitas para viabilizar o repasse não pode ser firmado.

**Considerando** ainda que no § 11º do Parecer Jurídico nº 314/2019, a Diretoria Jurídica do SENAI, recomenda a contratação por dispensa de Licitação no termos do Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93;

Sendo assim, e tendo em vista os motivos acima descritos, vimos através do presente, solicitar de Vossa Senhoria, a revogação da Lei nº 5.148/2019, ou Parecer dessa douta Procuradoria no sentido de nos instruir qual o procedimento a ser adotado.

Vilhena, 13 de novembro de 2019.

  
Jose Manoel Cerrutti  
Sec. Mun. de Tur. Ind. e Com.  
SEMTIC  
Doc. nº 42.785/18



**EM BRANCO**

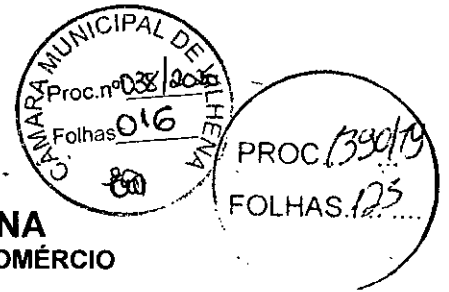
**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**  
**SECRETARIA MUN. DE TURISMO, INDUSTRIA E COMÉRCIO**



Despacho n.º 22

**DE: SEMAD**  
**PARA: SEMFAZ**

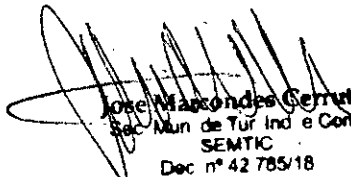
**Assunto: Anulação de Empenho, referente ao Repasse Financeiro para o SENAI**

**Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para as providências a saber:**

**Considerando** o Parecer Jurídico nº 314/2019 – Diretoria Jurídica do SENAI que conforme § 10º, entende que as formas e tentativas que foram feitas para viabilizar o repasse não pode ser firmado, e ainda o Parecer Jurídico nº 1390/2019, fls. 117 a 123, que em seu Inc. 26, ressalta a necessidade de revogação da Lei Municipal nº 5.148/2019.

Vimos através do presente, solicitar de Vossa Senhoria, a anulação da Nota de Empenho nº 2602/2019, fls. 87, do presente caderno processual, para que possamos dar prosseguimentos cabíveis.

Vilhena, 09 de dezembro de 2019

  
**Jose Maccondes Gerutti**  
Sec. Mun. de Tur. Ind. e Com.  
SEMTIC  
Doc. nº 42 785/18



**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

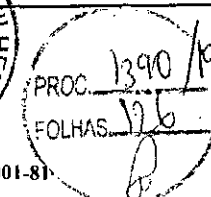




# MUNICÍPIO DE VILHENA

Estado de Rondônia - 04.092.706/0001-81

CENTRO ADM SENADOR TEOTÔNIO VILELA - CEP 78995-000 - CNPJ 04.092.706/0001-81



## NOTA DE ANULAÇÃO DE EMPENHO

Nº do Empenho: 2602 / 2019 Ordinário Nº da Anulação: 1 Data: 11/12/2019

Credor: 12341 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO

Endereço: Comercial: RUA RUI BARBOSA, 1112 - - C.E.P. 76801186 - PORTO VELHO - RO

C.N.P.J.: 03.780.605/0001-30

Insc. Est.:

Orgão: 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 11.01. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prog. Trabalho: 23.691.0055.1.115 APOIO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO COMÉRCIO, DA IND

Elemento Desp.: 3.3.5.0.41.00.00. CONTRIBUIÇÕES

F. de Recurso: 30000000 - REC. REC. EXERC. ANTERIOR - RECURSOS LIVRES

Processo.....: 1390/2.019.00

Tipo de Licitação: Dispensavel

Nº Licitação.....: /

Dotação Inicial	Saldo Anterior da Dotação	Valor Anulação do Empenho	Saldo Atual da Dotação
0,00	40.000,00	60.000,00	100.000,00
Valor do Empenhado	Saldo Anterior do Empenho	Valor Anulação do Empenho	Saldo Atual do Empenh
60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00

Motivo: ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO CONFORME DESPACHO Nº 22 AS FOLHAS 125 DOS AUTOS.

Item	Descrição	UND	Qtde	Vlr Unit	Vlr Total
49393	Repasso financeiro conforme plano de trabalho.	und	1.00	60.000.00	60.000,00

Volitence da Silva Umbelino  
Secretaria Municipal de Fazenda Adjunta

ROBERTO SCALERCIO PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

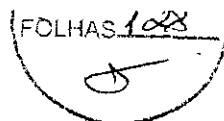


**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





**PODER EXECUTIVO**  
**MUNICÍPIO DE VILHENA**  
Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Memorando nº 80/2019/SEMTIC  
Vilhena-RO, 09 de dezembro de 2019

**DE: SEMAD**

**PARA: Procuradoria Geral**

**Assunto: Revogação da Lei nº 5.148/2019**

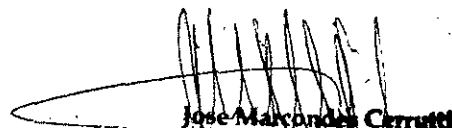
Vimos através do presente, solicitar de Vossa Senhoria, Projeto de Lei com a finalidade de Revogação da Lei Municipal nº 5.148/2019, uma vez que não será mais realizado repasse na forma da qual se justificou sua elaboração, conforme abaixo descrito;

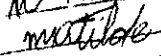
Informamos que foram feitas tentativas de formalização de documentos, sendo Contratos e Termos, estes inseridos no Processo Administrativo nº 1390/2019;

Informamos ainda que o Parecer Jurídico nº 314/2019 – Diretoria Jurídica SENAI, anexo ao Processo nº 1390/2019, que em contexto geral conforme § 10º, entende que as formas e tentativas que foram feitas para viabilizar o repasse não pode ser firmado, e ainda no § 11º do mesmo Parecer, recomendam a contratação por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Considerando o Parecer Jurídico dessa Procuradoria Geral, fls. 117 a 123 Inc. 26, onde ressalta a necessidade de Revogação da referida Lei, informamos que acatamos o Douto Parecer;

Pelo exposto acima, solicitamos o prosseguimento dos autos, conforme as normas internas.

  
José Márcio de C. Carrutti  
Sec. Mun. de Tur. Ind. e Com.  
SEMTIC  
Doc. nº 42.785/18

RECEBI EM 10/12/19  
  
Procuradoria Geral do Município

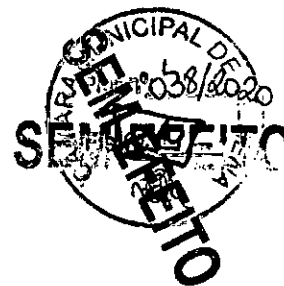


**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**





PROCESSO LEGISLATIVO Nº 038/2020

Despacho 01

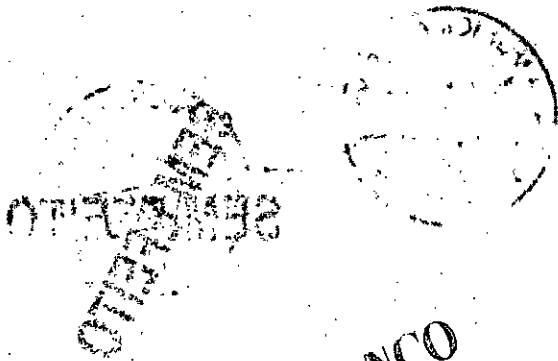
Encaminho o **Projeto de Lei nº 5.827/2020**, às **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** para emissão de parecer na forma regimental, no prazo de 10 (dez) dias, em obediência ao artigo 52, *caput*, c/c o artigo 185, ressalvado o disposto no artigo 56, §§ 1º e 2º, e de acordo com os artigos 46, 47 e 51 da Resolução nº 030/2020.

Após, encaminhem-se os autos à **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, para análise e emissão de parecer no prazo de 10 (dez) dias, na forma dos artigos 43, 49 e 52 do Regimento Interno.

Gabinete da Presidência, 03 de março de 2020.

  
Vereador Ronildo Pereira Macedo  
PRESIDENTE





EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN  
COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL ARTIGOS 46, 47, 49, 51 E 52 DO REGIMENTO INTERNO.

PARECER Nº 42/2020



**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 038/2020**  
**PROJETO DE LEI Nº 5.827/2020**

Trata-se de Proposição do Poder Executivo que revoga a Lei nº 5.148, de 11 de setembro de 2019, autorizadora de repasse financeiro ao Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para formar e qualificar trabalhadores na área de construção civil, haja vista a não realização do repasse.

Dessa forma, após análise, a **COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** decidiu emitir parecer **Parecer Favorável** à Proposição, pois se justifica do ponto de vista da relevância legal-administrativa.


Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

  
Ver.ª Professora Valdete  
Relatora/CECTESAS

**TOMADA DE VOTO**  
**C.E.C.T.E.S.A.S.**

  
Ver.ª Professora Valdete  
PRESIDENTE

  
Ver. Samir Ali  
SECRETÁRIO

  
Ver.ª Leninha do Povo  
MEMBRO



EM BRANCO

EM BRANCO





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
ARTIGOS 43 E 49 DO REGIMENTO INTERNO



PARECER Nº 17 /2020

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 038/2020**

**PROJETO DE LEI Nº 5.827/2020**

A Proposição recebeu **Parecer Favorável** da Comissão Temática competente.

Foi anexado ao Projeto o Parecer Jurídico nº 314/2019 da Diretoria Jurídica do SENAI, no qual apontou falhas no procedimento, ou seja:

1 - não houve a indicação de fundamentação legal no Contrato de Gestão;

2 - ausência de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município de Vilhena-RO, que é um procedimento inerente a qualquer processo, pois confere o embasamento legal para que o gestor tenha segurança jurídica;

3 – Contrato de Gestão é o instrumento firmado entre o poder público e as entidades qualificadas como organização social com vistas à formação de parceiras para fomento e execução de atividades relativas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde;

4 – a natureza jurídica do SENAI é pessoa jurídica de direito privado e não integra a Administração Pública Indireta; e

5 – o instrumento Contrato de Gestão não é o adequado, pois não há uma delegação de um serviço do Estado ao SENAI, mas tão somente repasse financeiro.

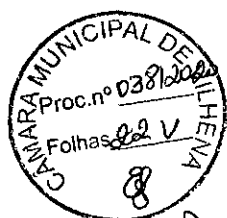
Ag.

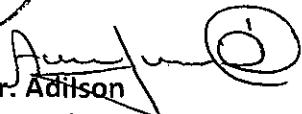


Ademais, a forma correta seria por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, XIII, da Lei Federal 8.666/93, portanto, a Diretoria Jurídica do SENAI entendeu que não há fundamento legal para firmar o Contrato de Gestão.

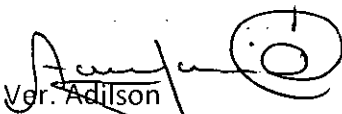
Diante do exposto, após análise, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação decidiu emitir **Parecer Favorável** ao Projeto, por revestir-se de legalidade e constitucionalidade e apresentar boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

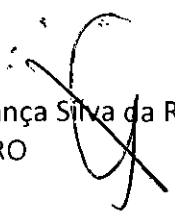


  
Ver. Adilson  
Relator/CCJR

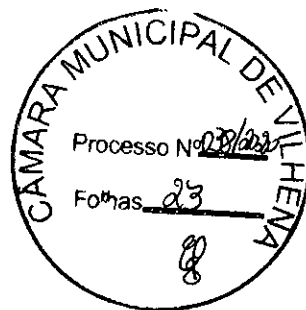
**TOMADA DE VOTO**  
**C.C.J.R.**

  
Ver. Adilson  
PRESIDENTE

  
Ver. Rafael Maziero  
SECRETÁRIO

  
Ver. França Silva da Rádio  
MEMBRO





**Câmara de Vereadores do Município de Vilhena-RO**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

Este processo contém VINTE E TRÊS folhas numeradas.

Arquive-se, em 31 / 03 /2020.



Vitória Celuta Bayerl  
DIRETORA LEGISLATIVA



EM BRANCO

EM BRANCO